

## ALGUMA COISA SOBRE A PARAÍBA

Odilon Nogueira de MATOS

Não foi muito o que aprendi sobre a Paraíba nos meus tempos de menino-de-escola. Todavia, os livros pelos quais me iniciei no conhecimento da história e da geografia do nosso Brasil - os clássicos manuais de Rocha Pombo, para a história, e de Veiga Cabral, para a geografia - ensinaram-me alguma coisa. Assim, fiquei sabendo ser a Paraíba um dos menores Estados de nosso país, com apenas 75.000 quilômetros quadrados, alcançando, nas suas maiores amplitudes, menos de 160 quilômetros de Norte a Sul, e 444 quilômetros de Leste a Oeste; que a Paraíba havia dado, ainda nos meus tempos de menino, um presidente da República, na pessoa de Epitácio Pessoa, jurista ilustre, que havia representado o Brasil na Conferência de Versalhes, após o término da Primeira Guerra Mundial; o governo desse presidente coincidiu com a comemoração do centenário da Independência e para assinalar esta efeméride, realizara-se no Rio de Janeiro uma Exposição Internacional, cujos ecos ressoaram por muitos e muitos anos, diria mesmo até hoje, porque ainda encontramos produtos que trazem, nas embalagens, a honrosa indicação de terem sido premiados “com medalha de ouro na Exposição do Centenário”; era corrente, ainda, que o governo do paraibano ilustre hospedara os reis da Bélgica em sua visita ao Brasil, ao mesmo tempo que iniciara sistemático trabalho de combate à seca no Nordeste; aprendi, ainda, que a Paraíba foi uma das regiões do litoral brasileiro onde mais difícil foi a ocupação portuguesa, devido à aliança dos indígenas da região com navegadores franceses que, a todo instante, vinham às nossas costas à procura do pau brasil e é sabido que os franceses eram bem mais hábeis que os portugueses no trato com os indígenas; daí, as numerosas alianças entre uns e outros que ocorreram em diversos pontos do litoral; mas, afinal, os portugueses e, depois, os espanhóis acabaram dominando os tabajaras e a colonização pôde ser iniciada, com a fundação de Filipéia, nome que lembra que estávamos em pleno domínio espanhol; aprendi, mais, que durante a dominação holandesa foi a Paraíba uma das regiões privilegiadas pelos

batavos; que antes e depois da Independência, a proximidade de Pernambuco vai fazer com que a Paraíba sinta o reflexo e as conseqüências de todos os movimentos que ocorreram no Recife: a guerra dos mascates, a revolução republicana de 1817, a Confederação do Equador, os conflitos de 1831 e, finalmente, a “Praieira”, em meados do século XIX; aprendi, finalmente, que a Paraíba havia sido berço de algumas figuras exponenciais de nosso país, nos mais variados setores; de fato, na Paraíba nasceram, entre outros, André Vidal de Negreiros, um dos heróis da luta contra os holandeses; o botânico e naturalista Manuel de Arruda Câmara, companheiro de José Bonifácio em suas andanças científicas pela Europa e uma das figuras mais proeminentes de seu tempo, não só na cultura, mas na vida pública; Antônio Borges da Fonseca, jornalista intemerato, de grande atuação nos movimentos que abalaram o Nordeste em meados do século passado, sobretudo na “Praieira”; Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, o famoso bispo de Olinda, envolvido na chamada “Questão Religiosa”, que abalou o Segundo Reinado, e cujo nome se tornou símbolo, por muitos anos, da reação católica no Brasil: o Centro de Estudos, que recebeu seu nome, foi um dos instrumentos de que se serviu o Catolicismo para reconquistar seu prestígio após a laicização decretada pela República; o pintor Pedro Américo, tão conhecido pelas telas históricas evocadoras do Grito do Ipiranga, do esartejamento de Tiradentes e da Batalha de Avaí, além de outros quadros alegóricos, como o “Paz e Concórdia”, certamente o maior pintor de história que temos tido; Aristides Lobo, republicano denodado, primeiro ministro da Justiça de novo regime; o já lembrado Epitácio Pessoa; o compositor e também engenheiro Abdon Milanez; o poeta Augusto dos Anjos, cujo único livro de versos, **Eu**, publicado em 1912, deu-lhe projeção nacional, como obra de fina sensibilidade, das mais expressivas de nossa literatura; o naturalista Cândido de Melo Leitão, tão conhecido pelos seus trabalhos de Zoologia e Zoogeografia, e ainda pelas magníficas recensões de viajantes ingleses que andaram pelo Brasil... Limitei-me a citar apenas os paraibanos que alcançaram projeção nacional (certamente com omissões) e a esta lista poderia acrescentar dezenas de outros, de atuação regional, mas que os paraibanos de hoje veneram com toda justiça. E o final da década de '20, já nos meus tempos de ginário, viria revelar mais dois nomes expressivos: João Pessoa, presidente do Estado, e José Américo de Almeida, um dos criadores do romance regional nordestino e também homem público dos maiores revelados pela Revolução de 1930; sua influência literária prolongou-se até época bem recente, continuada pela figura, superior literariamente falando de José Lins do Rego, autor dos admiráveis romances que constituem o chamado “ciclo da cana-de-açúcar”.

Não ia além disto o que aprendi sobre a Paraíba nos meus tempos de menino-de-escola. Porém, no final da década de '20, dois fatos colocaram a Paraíba em evidência no cenário nacional. Primeiro, o fato de seu presidente, João Pessoa, haver sido escolhido como companheiro de Getúlio Vargas, como candidatos de oposição nas eleições presidenciais de 1930, para a sucessão de Washington Luís. A **Aliança Liberal**, formada pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e pela pequenina Paraíba, empolgou a juventude de meu tempo, já interessada em temas de política e quase sempre de natureza contestatória, como sempre ocorre com a juventude. O programa da Aliança Liberal consistia num profundo diagnóstico da situação política do país e acenava com proposições verdadeiramente salvacionistas, que não podiam deixar de interessar a quem quisesse melhores dias para o Brasil. São freqüentes, ao longo de nossa história estes movimentos salvacionistas, quase sempre desvirtuados nos seus princípios e no seu roteiro.

João Pessoa e os presidentes Antônio Carlos (de Minas) e Getúlio Vargas (do Rio Grande do Sul) haviam sido os únicos a negarem apoio à indicação feita por Washington Luís do nome de Julio Prestes, então presidente de São Paulo, para a sua sucessão. E João Pessoa o fez da maneira mais lacônica possível, num telegrama contendo apenas uma palavra "Nego". Não houve quem não se empolgasse com a atitude do presidente paraibano. Só não aceitei - como não aceito até hoje - que o "Nego" de João Pessoa houvesse sido inscrito na bandeira da Paraíba. Afinal, tratava-se de algo apenas ocasional, circunstancial, que com o tempo seria superado (como de fato o foi), não se justificando, pois, sua inclusão num símbolo permanente como deve ser a bandeira. Além de tudo, legítimo atentado às regras da heráldica, pois bandeira é símbolo mudo, não comportando legenda de espécie alguma; esta, quando necessária, se põe em escudo, brasão, flâmula ou em qualquer outro lugar, menos em bandeira. Já não bastava o "Ordem e Progresso" perpetrado na bandeira nacional. O curioso é que o ato que criou a bandeira da Paraíba, decreto de 9 de setembro de 1930, não dá a menor explicação do porque do dístico, para que, no futuro, dele se tivesse conhecimento. Diz apenas, em seu artigo terceiro: "Imediatamente abaixo do paralelogramo também em fundo rubro, figurará a palavra Nego, seguida da inscrição **29 de julho de 1929**". Assim, não se abriu chance para que os pósteros pudessem ter conhecimento dessa estapafúrdia medida. Já precisei explicar a muitos paraibanos o que significa o "Nego" de sua bandeira...

O restante da história é conhecido. João Pessoa não chegou a testemunhar a revolução de 1930, pois foi assassinado em 26 de julho daquele

ano, numa confeitaria do Recife, crime perpetrado por motivos pessoais, mas ao qual a oposição emprestou caráter político, explorando-o contra o governo federal constituído. A morte do presidente paraibano causou tremendo impacto em todo o país. Emprestando-se-lhe o caráter de uma exagerada heroicidade. Seu nome foi dado à própria capital do Estado, substituindo o velho nome de “Paraíba”, que desde o século XVII substituiu a Filipéia dos espanhóis. Por outro lado, não houve cidade do país que não desse o nome de João Pessoa a ruas importantes, em alguns casos até (como testemunhei) à principal rua, quase sempre substituindo nomes tradicionais e de profundo significado para a cidade. Nossa Campinas não fugiu à regra. O nome do presidente paraibano, por ato de 2 de dezembro de 1930, foi dado ao tradicional Largo do Pará e João Pessoa chamou-se ele por sete anos, até que a lei de 22 de abril de 1937 restabeleceu a antiga denominação. O nosso foi dos de maior duração, pois, passada a euforia, os nomes depostos foram voltando e o presidente paraibano foi sendo posto de lado. Não sei, fora da Paraíba, quantas cidades do Brasil conservam hoje o seu nome dos clássicos retângulos azuis identificadores dos nomes das vias públicas. Aliás, isto é muito da nossa índole. Não temos o senso da medida. Ou endeusamos ou denegrinos. Ou glorificamos ou aviltamos. Ou louvamos ou rebaixamos. Ou o herói ou o bandido. Ou elevamos junto aos arcanjos ou colocamos nos piores círculos do inferno, onde nem Dante colocaria seus piores inimigos...

Outro fato que projetou a Paraíba no cenário nacional no final da chamada “Primeira República” foi a “Revolta de Princesa”. Trata-se de uma pequena cidade do interior paraibano (hoje denominada Princesa Isabel) e que apresentou, na época, uma das mais exacerbadas manifestações de mandonismo local, das muitas e muitas que assinalam a história social e política de nosso país, e que ultimamente vem sendo acuradamente estudadas por sociólogos e historiadores. O “Movimento de Princesa”, iniciado em fevereiro de 1930, e que originariamente não deveria ser mais do que um rompimento político partidário entre o Coronel José Pereira e o Presidente João Pessoa, veio a constituir-se num confronto armado entre os comandados de José Pereira e as forças da polícia estadual. Explorou-se o assunto em prejuízo do governo estabelecido, pois dizia-se que José Pereira contava com o apoio do próprio Presidente da República, pois ambos tinham um adversário comum, no caso João Pessoa, que liderava no Nordeste a oposição ao Catete. O Coronel José Pereira, em 9 de junho de 1930, proclamou a independência do município de Princesa: “Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba...” E adiante: “Passa o município de Princesa a constituir com os limites atuais, um território livre, que terá a denominação

de Território de Princesa... subordinado politicamente aos poderes públicos federais". O "provisório" do Coronel durou realmente muito pouco, pois a morte de João Pessoa, dois meses depois, botou "água na fervura" nas preocupações rebeldes e emancipacionistas do famoso caudilho sertanejo. Mas, o movimento de Princesa esteve na ordem do dia e entusiasmou a muita gente. Talvez não o conflito em si, mas a resistência de José Pereira, à frente de sua cidade, a repetir a imagem de uma "Troia" sertaneja, como Nina Rodrigues dizia de Palmares. Ocorria, contudo, que nenhum de nós, alcançava o verdadeiro sentido do episódio. Quando, naqueles meus quatorze anos, poderia imaginar que, quase cinqüenta anos mais tarde, eu viria a prefaciá-lo o mais importante livro já escrito sobre a Revolta de Princesa, o da historiadora paraibana Inês Caminha Lopes Rodrigues, publicado pelo governo paraibano em 1978. O prefácio que então escrevi, a convite da autora, procura reavaliá-lo o curioso episódio de 1930.

Vinte e dois anos após os fatos de que até agora cuidei, foi que tive oportunidade de conhecer a Paraíba. Enseguiu-me isto a participação num congresso de geógrafos em julho de 1952. Iniciados os trabalhos em Campina Grande, foram encerrados em João Pessoa, para onde se transferiram os participantes nos últimos dias do congresso. Preferi um trajeto diferente. Aproveitando convite que nos fora dirigido para visitar obras de açudagem nas regiões de Curema e São Gonçalo, tomei a direção oposta, penetrando fundo no sertão paraibano até a divisa com o Ceará. Comigo, dois excelentes amigos e companheiros: Fernando Marques de Almeida, um dos nossos maiores geógrafos, professor da Escola Politécnica de São Paulo, e o saudoso João Dias da Silveira, meu colega do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Isto nos proporcionou interessantíssima oportunidade de conhecer o sertão. Com um pernoite em Patos, aí deparamos com algo curioso. A pequena cidade do sertão paraibano tornara-se centro de verdadeira "romaria" científica, pois, duas ou três semanas antes ocorrera um eclipse solar, cuja faixa de totalidade passava justamente pela cidade de Patos. Significava isto que Patos, ao que se dizia, era a cidade de mundo onde o fenômeno poderia ser melhor observado. Astrônomos europeus e norte-americanos tomaram conta da cidade, armando barracas improvisadas para guardar os preciosos e precisos aparelhos necessários à observação do fenômeno. Quando por lá passamos, não havia mais ninguém das missões científicas, mas ainda se viam alguns aparelhos aguardando pessoas que viriam buscá-los. Patos tornara-se, como disse alguém, a capital astronômica do mundo... Infelizmente, nada disso teve qualquer resultado, simplesmente porque no dia do eclipse choveu a cântaros...e ninguém pôde ver nada. Frustrados, não tiveram os cientistas senão que recolher toda a sua parafernália.

Dizia-se por lá que o verdadeiro fenômeno não foi o eclipse, mas sim a chuva que caiu naquela época do ano.

Visitadas as obras de açudagem, dois dias depois regressamos a João Pessoa a fim de nos reunirmos aos demais companheiros. Isto nos propiciou a oportunidade de percorrer todo o Estado da Paraíba no sentido Oeste/Leste, ou seja da divisa com o Ceará até o litoral atlântico, numa extensão de 444 quilômetros. Na ocasião, não havia ainda estradas asfaltadas na Paraíba a não ser nas imediações da capital, o que significa que foram mais de 400 quilômetros de poeira, num velho "jeep" posto à nossa disposição, tão desengonçado que parecia sobrevivente dos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

Esta excursão valeu por um corte na geomorfologia paraibana. À moda de uma espinha dorsal, a estrada percorrida seguia pelo centro do Estado, numa vertiginosa sucessão de paisagens nas três superfícies bem distintas que, como faixas paralelas, constituem o planalto do alto Piranhas, o planalto da Borborema e a baixada litorânea. O primeiro, com altitudes sensivelmente reduzidas, oscilando de 150 a 300 metros, cede lugar, pouco depois, à mais interessante das regiões que é o Planalto da Borborema, a mais elevada das unidades morfológicas da Paraíba, vasta peneplanície cristalina com cerca de 120 kms de largura e uma altitude de 500 a 600 metros. Sobre essa superfície ligeiramente ondulada, erguem-se morros isolados, desses que os geólogos chamam de "monadnocks", ou seja testemunhos de relevos antigos. A menos de 100 kms do litoral, quando os rios já se tornam mais regulares, a baixada litorânea estende-se ao longo de toda a costa, num declive de 150 metros de altitude até cair para o nível do mar. Constituem-na terrenos cristalinos ondulados, recobertos em grande parte por sedimentos terciários, nos quais os rios abriram amplos vales, especialmente o Paraíba do Norte e o Mamanguape, que formam extensas superfícies de várzeas. Na orla litorânea, os característicos manguezais, restingas e praias arenosas, estas em grande quantidade em quase todo o litoral, o qual, por retilíneo e regular, sem acidentes de monta, facilitaram o povoamento desde os primeiros tempos.

Esta diversificação geomorfológica, sensível na viagem que realizamos, explica as diferenças de clima e de vegetação, permitindo distinguir-se, na Paraíba, como em Pernambuco, quatro unidades naturais que exerceram, na ocupação humana e na vida econômica do Estado influências muito sensíveis: a Mata, o Agreste, o Brejo e o Sertão. A primeira corresponde à baixada litorânea úmida; a segunda, à borda da Borborema; a terceira, aos trechos mais úmidos do Agreste; e a última, às áreas mais secas

do interior. Esta, o **Sertão**, engloba toda o território a oeste de Campina Grande, todo recoberto pela caatinga. O Agreste e o Brejo são as principais áreas agrícolas.

Mais de um quarto de século fiquei sem retornar à Paraíba. Eis senão quando, em 1978, um honroso convite do governo estadual para participar do Terceiro Seminário "Tempo e Cultura", propiciou-me nova oportunidade de rever a terra paraibana. Reuniu o Seminário expressivas figuras da cultura brasileira: o historiador José Honório Rodrigues (do Rio de Janeiro), os cientistas sociais Wamireh Chacon e Otaciano Nogueira (de Brasília), os cientistas políticos Helio Jaguaribe (do Rio de Janeiro) e Paulo Bonavides (do Ceará), brilhante equipe desmerecida apenas pela presença deste modesto professor de Campinas. O que foi o "Seminário" pode ser constatado no belo volume publicado pouco depois, preparado e coordenado pelo Professor José Otávio. "Fontes para a história econômica do Brasil", foi o trabalho que tive oportunidade de apresentar.

Esta nova vista à Paraíba propiciou-me oportunidade de conhecer praticamente outro Estado, tantas e tais as transformações porque passou em um quarto de século. Desta vez, estive apenas na Capital e em Campina Grande, onde também proferi conferência sobre o interesse da história regional. Mas, por mais que mudassem as cidades não perderam elas o encanto que senti um quarto de século antes.

Uma palavra final. Quando, há alguns anos, comecei a pesquisar sobre a literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, encontrei referências a uma descrição da Paraíba, deixada por Elias Herckmans, no século XVII. Ora, este Elias Herckmans foi nada menos que um dos governadores da Paraíba na época da dominação holandesa. Seu relato foi publicado na Holanda em 1639, mas levou mais de trezentos anos para ser traduzido para a nossa língua. A tradução, feita por José Higino, conhecido historiador pernambucano, fora publicada na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano em 1887, portanto há mais de cem anos. Como nenhuma biblioteca de São Paulo possuísse esse número da revista pernambucana, fiquei à espera de uma oportunidade para ir ao Rio de Janeiro pesquisar em bibliotecas mais ricas que as nossas: a Nacional e a do Instituto Histórico Brasileiro. Enquanto isto, procurei obter cópia xerográfica no próprio Instituto Pernambucano, do qual tenho a honra de ser sócio correspondente; mas, pela antiguidade do texto, não foi permitida cópia em "xerox". Estava já desanimado, pois não surgia a oportunidade de ir ao Rio de Janeiro, quando, inesperadamente, recebi no prezado amigo historiador José Octavio, da Paraíba, duas edições, ambas de 1982, do procurado relato

de Herckmans, as duas muito bem cuidadas, com notas e comentários. O curioso é que José Octavio sequer suspeitava que eu andava interessado no texto de Herckmans. Foi simples e oportuna coincidência. Pois bem, pouco tempo depois recebo uma terceira edição, desta vez feita no Recife, do texto holandês. Julguei significativo e ao mesmo tempo fato inusitado, promover-se três edições, quase no mesmo ano, de um texto holandês do século XVII, quando se demorou trezentos anos para que se publicasse a primeira em nossa língua. Verifiquei que não foi sem-razão. Herckmans, na sua singeleza, oferece um dos melhores relatos de estrangeiros sobre o Brasil, ou melhor, sobre uma porção do Brasil, no caso a Paraíba. Entendi, pois, o interesse dos atuais historiadores do nordeste brasileiro.

Um pequeno tópico de Herckmans para encerrar esta palestra:

“Tenho bem observado essas coisas na província da Paraíba, achamos um ar sutil, e, segundo a natureza daquele clima, de todo temperado e saudável; o calor não é excessivo, mostrando a experiência que, por causa desse temperamento, esta zona mal se pode denominar tórrida. Assim a terra ali não é tão abrasada quanto as de África, sob o mesmo clima. Pelo contrário, por toda a parte verdeja e se cobre de folhagens, como sucede na Europa; nos lugares mais secos encontram-se gramíneas e moitas, além de que a terra tem por toda a parte muitas matas e se cobre de toda sorte de caniços, ervas e árvores, formando uma espessura tal que impede a passagem, tem excelentes águas, e particularmente claras fontes de água doce e potável, além dos seus rios belos, grandes e piscosos, os quais não somente fornecem água boa para se beber, senão também peixes, ostras e outros mantimentos, bem como são próprios para e subir ou descer por eles em pequenas embarcações, e assim com pouco trabalho tirar-se de uns e levar-se a outros o que se necessita para a vida e o que se considera útil e proveitoso para a construção urbana.

A Capitania da Paraíba tem ao longo dos seus rios dezenove engenhos, com muito formosos canaviais, tão belos certamente quanto os que se vêem em algumas outras regiões do Brasil. As madeiras, que são um dos materiais mais necessários para os engenhos, os habitantes as têm quase todas tão próximas e situadas ao alcance da mão, quanto quaisquer outros engenhos em todo o Brasil. Em razão da abundância e fertilidade dos bosques desta Capitania, moram nela muitos roceiros e produtores de farinha e cultores de arroz, milho e outros frutos da terra, pois aí se diz, como um ditado, que onde a madeira e o bosque crescem bem, igualmente vingará bem a mandioca, isto é, a raiz de que se faz farinha. Essa farinha é o pão do Brasil.